

Política



OPERAÇÃO TERRA NOSTRA

Prefeito e vereadores são presos em SC

Já são 19 chefes de Executivo municipal detidos no estado em dois anos



NOVO ROUND

Lira reage após briga com Padilha e demissão de primo, abre espaço à oposição e preocupa governo

LAURIBERTO POMPEU, GABRIEL SANTOS, JENNIFER GILBERT, CAMILA TURTELLE E VICTÓRIA ABEL

após a escalada da crise com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e a demissão de um primo da chefia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem a líderes partidários que vai abrir espaço à oposição para medidas com potencial de desgastar o governo. O deputado disse que vai autorizar a instalação de cinco Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) simultâneas, movimentação que preocupa o Executivo, e dar andamento a iniciativas que impõem freios ao Judiciário — o ideal para o Palácio do Planalto era esfriar os ânimos entre os Poderes.

O "novo round" entre Lira e o Planalto ocorre em momento que o governo tenta ganhar tempo para evitar prováveis derrotas no Congresso, como a derrubada dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão e ao projeto que impõe restrições às "saldinhas" de presos. No caso das emendas, o Planalto propôs um acordo e ganhou fôlego com o adiamento da sessão do Congresso, que estava prevista para amanhã.

Pelo regimento da Casa, cinco é o número máximo de CPIs em funcionamento ao mesmo tempo. Entre os requerimentos que já reuniram o número mínimo necessário de assinaturas para a instalação estão colegiados que, por exemplo, pretendem apurar o "abuso de autoridade do Judiciário", "crime organizado", "avanço do crack" e "tráfico infantil e exploração sexual". Via de regra, este tipo de comissão serve de palanque para a oposição, que usa as sessões para desgastar o governo — há temas que revelam na segurança pública, área em que a gestão petista enfrenta dificuldades. Ainda não ficou definido quais serão instaladas, o que vai ocorrer após acordo entre os líderes.

O "pacote de reação" ocorre na sequência de dois acontecimentos que provocaram incômodo em Lira. Na quinta-feira, ele chamou Padilha de "incompetente" e "desafeto pessoal", após ficar irritado com o que considerou "vazamento" do governo de que teria atuado a favor da sultura de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que foi mantido preso pelos deputados em votação na semana passada. Ele é apontado como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018.

TROCANÇO INCRA

O "pacote de reação" ocorre na sequência de dois acontecimentos que provocaram incômodo em Lira. Na quinta-feira, ele chamou Padilha de "incompetente" e "desafeto pessoal", após ficar irritado com o que considerou "vazamento" do governo de que teria atuado a favor da sultura de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), que foi mantido preso pelos deputados em votação na semana passada. Ele é apontado como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018.



Apuradinho. Lira com o primo Wilson Santos, exonerado do Incra de Alagoas após pressão do MST, presidente da Câmara soube da demissão pelo Diário Oficial

DECISÕES PRESIDENCIAIS SOB RISCO



Emendas de comissão
O Palácio do Planalto tenta avançar em um acordo sobre veto do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva que diminuiu em R\$ 5,6 bilhões as emendas de comissão. O governo avalia quais rubricas irão cair e quais serão mantidas. Pela negociação, deputados e senadores derrubariam apenas parte do veto e manteriam até R\$ 3,6 bilhões. A proposta foi levada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).



Cronograma de pagamento
O Congresso ameaça estabelecer um cronograma, visando na LDO, para a liberação de emendas parlamentares. O calendário obrigaria o Executivo a liberar um montante no primeiro semestre, como forma de deputados e senadores atenderem suas bases às vésperas da eleição municipal. Ao vetar a iniciativa, o governo justificou que a medida serviria para "aumentar a rigidez na gestão orçamentária e financeira e dificultar a gestão das finanças públicas".



"Saldinha" de presos
Lula derrotada com certa para o governo é quanto ao projeto de lei que restringe a "saldinha" de presos. Para o Ministério da Justiça, o trecho que proíbe detentos de visitarem a família contraria a Constituição e fere o princípio da dignidade humana. O texto, no entanto, foi aprovado com amplo apoio na Câmara dos Deputados e no Senado, o que incluiu votos de governistas. Nem o PT assumiu posição contrária.



Lei Orgânica das PMs
O presidente vetou, na lei orgânica das PMs, trechos que tratam do acesso de mulheres nas corporações, participação de policiais em manifestações políticas e o que vinculava ovidérios aos comandantes-gerais. A proposta aprovada pelo Congresso estabelecia a destinação mínima de 20% das vagas de concursos das corporações a candidatas do sexo feminino. Para especialistas, na prática, o texto não fixava um piso, mas sim um teto.



Ontem, em um novo atri- to, Wilson Cesar de Lira Santos, primo do presidente da Câmara, foi demitido do comando da superintendência regional do Incra em Alagoas, após pressões do MST e a ameaça de uma nova invasão ao prédio do órgão no estado, como já ocorreu no ano passado.

O parlamentar afirmou a interlocutores que não gostou de saber da demissão de

lo Diário Oficial. Descontente com a decisão, Lira ligou para o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para dizer que o combinado era uma troca simultânea: o seu primo deixaria o cargo para dar lugar a outro indicado. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, nega que havia essa combinação. Para minimizar o desgaste, Teixeira pediu a Lira que indicasse nomes que tivessem

perfil de diálogo com o MST. Outro movimento de Lira foi pautar em plenário a urgência de um projeto que prevê sanções administrativas e restrições a invasões de terra, em meio aos desgastes do governo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ruralistas diante das ações recentes do grupo. O requerimento foi aprovado, o que dispensa o texto

de passar por comissões. —Para que fazemos reuniões, se os acordos não são cumpridos? Isto é um absurdo. Daqui a pouco é melhor não fazermos mais encontros para alinhar a pauta deste plenário — reclamou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Em outra frente, a Câmara vai criar um grupo de trabalho para elaborar uma proposta em reação a investigações contra parlamentares. Operações da Polícia Federal contra os deputados Alexandre Ramagem (PL-RJ) e Carlos Jordy (PL-RJ) e a prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), alimentaram entre congressistas a vontade de impor freios. Uma das iniciativas ficou conhecida como "PEC da Blindagem" e discute, entre outros pontos, exigir que o Congresso dê autorização para o início de apurações contra parlamentares e acabar com o foro pri-

vilegiado de congressistas, o que empurraria todos os processos à primeira instância. Em direção contrária, o STF decidiu na semana passada entender o foro, amarrando um maior número de processos na Corte. Há ainda a intenção de proibir operações de busca e apreensão nas dependências do Parlamento.

Segundo relatos de líderes presentes na reunião, Lira também reclamou de o governo ter retirado a urgência do projeto de lei que regulamenta o processo de falências. Além disso, o presidente da Câmara também afirmou que deve acontecer uma audiência pública no plenário da Casa para debater o papel das redes sociais, assunto que vem sendo usado pela oposição para ganhar espaço, após ataques do empresário Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

"ACORDO NÃO APARECEU"

Há no Planalto temor de que o momento turbulento se reflita em derrotas em votações. Articuladores políticos tentam um acordo para manter ao menos parte do veto às emendas de comissão e liberar aos parlamentares um valor entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,6 bilhões. O valor aprovado no Orçamento para a modalidade foi de R\$ 16,6 bilhões, mas Lula vetou R\$ 5,6 bilhões. Rui Costa já levou a Lira a proposta, enquanto Padilha tem capitaneado a conversa com o líderes da Câmara e do Senado.

— Estamos construindo um grande acordo com todos os líderes dos diferentes partidos da Câmara e do Senado — disse o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Para avançar no acordo, líderes do governo veem como fundamental a aprovação, pelo Senado, da mudança no arcabouço fiscal que libera R\$ 15 bilhões para o governo gastar. O dispositivo foi inserido no projeto que recria o seguro obrigatório para vítimas de acidentes de trânsito, o DPVAT. A alteração foi aprovada pela Câmara na semana passada, mas também precisa do aval dos senadores para passa a valer. Apesar dos esforços, as dificuldades persistem.

— Tem questões que vão ter que ir para o voto, como a do cronograma das emendas e a dos R\$ 5,6 bilhões. Estudamos uma proposta alternativa, mas até agora ela não apareceu de fato. Atendimento é preservar aquilo que foi votado pelo Congresso. Fizemos muito debate e foi acordado em plenário, publicamente — afirma o deputado Danilo Forte (União-PE), que foi relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.